

de televisão cederão diariamente duas horas, em horário nobre, para programas a cargo das entidades da sociedade civil, a fim de se promover o debate dos problemas nacionais."

Justifica-se a proposta: hoje estamos sob a ditadura dos ibopes. Alguns escritores e especialistas em marketing definem que, em determinado horário, o povo-massa só quer novelas lacrimosas etc. Quando muito, arranjam horários para quatro ou cinco pessoas discorrerem sobre sexo, música enlatada e quejandos. Tudo bem, que se mantenha esse espaço. Mas o que se pretende é que, num país de milhões de analfabetos e de semi-alfabetizados com diploma de terceiro grau e até de PhD, esse poderoso instrumento (TV) seja usado em benefício da luta pela emancipação nacional.

Propus, ainda, a reforma do artigo 38 do CBT, que estabelece a formação do Conselho Nacional de Telecomunicação (CNT), hoje totalmente composto por representantes do Executivo. O CNT, pela nossa proposta, seria formado com representantes das entidades da sociedade civil e de sindicatos, como ABI, CNBB, OAB, ABERT, Federação Nacional dos Jornalistas, Federação Nacional dos Trabalhadores em Telecomunicações, Federação Nacional dos Radialistas, CONTAG etc.

Além disso, o sistema de distribuição de concessões, hoje sob controle direto da Presidência da República, passaria ao controle do Congresso Nacional, ouvido o CNT.

O sentido da proposta é claro: pela lei nº 4.117/62, os serviços de telecomunicações, inclusive águas territoriais e espaço aéreo, são de domínio do Estado. Entende-se que o "espaço aéreo" a que se refere o artigo primeiro do CBT é um bem do povo, na mesma linha do inciso constitucional sobre outros bens coletivos (terras, águas, ar etc.).

O uso desses bens — o "espaço aéreo" como os demais — não pode ser explorado em benefício de minorias e de grupos.

A indústria cultural patrocinada pelos donos do poder está descaracterizando o nosso povo. Abdias Nascimento fez uma intervenção dramática e desconcertante pela virulência, mas nem por isso menos real e verdadeira: o que temos aí na comunicação eletrônica é um lixo, sob protes-



tos de Ferreira Gullar e Claudio Abramo, que consideram o setor excelente. Ora, nós não somos uma cultura única, somos uma nação pluricultural. Acontece que a TV exclui partes ponderáveis do nosso mosaico cultural.

Em síntese, trata-se de uma proposta para debate. Lamentável é que, sendo um debate já velho de 35 anos (tratamos dele nos idos de 1948 em carta ao deputado Plínio Barreto, então presidente da Comissão Mista de Leis Complementares do Congresso Nacional) não tenha até hoje entrado na cogitação dos partidos políticos. Não, não se diga que basta proclamar as liberdades democráticas para se ter uma política cultural.

Dídimo de Paiva

Mauro vivo

A Mostra Humberto Mauro, inaugurada no dia 13 de julho em Cataguases, com o patrocínio da Embrafilme e do Banco Nacional e o apoio cultural da Cia. Força e Luz Cataguases-Leopoldina, continua a mobilizar o público dos locais onde está sendo exibida. Vale registrar, a propósito, a excepcionalidade do fato de terem sido conservados quase todos os filmes, de ficção ou não, realizados por Mauro em Cataguases, na Cinédia e, mais tarde, no Instituto Nacional do Cinema Educativo. O normal seria que essas fitas pioneiras tivessem desaparecido, consumidas pela água, pelo fogo ou por simples deterioração química, como aconteceu com a grande maioria dos filmes realizados no Brasil até o final dos anos 30. Entre outras razões, porque a consciência de que é preciso preservar nossa memória cinematográfica só se concretizou nas duas últimas décadas. No caso de Mauro, a disponibilidade atual do patrimônio constituído por sua obra filmica talvez se explique pela carreira cinematográfica à qual ele se dedicou de modo contínuo, exclusivo e sistemático, ano após ano, até o repouso relativo da casa de Volta Grande, quando então passou a ser objeto de estudo para os pesquisadores que seguiram a trilha aberta por Paulo Emílio, Alex Viany e David Neves. Merece também destaque o comportamento do público na sessão inaugural da Mostra, quando se exibiu *Braza Dormida* no cinema Edgard, de Cataguases. Sala repleta, plateia predominantemente jovem, mais de 1.000 pessoas. Diante das cenas mudas do drama mineiro a reação do público foi unânime: silêncio, emoção, interesse constante. Demonstrava-se, mais uma vez, quanto é válido propiciar o acesso do povo à trajetória do nosso cinema e ao conhecimento da ténue memória visual da nossa história.

José Tavares de Barros